



00541338420154013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0054133-84.2015.4.01.3400 - 20ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00118.2015.00203400.2.00619/00033

Decisão: _____ / 2015 – RCB_GAC – 20ª Vara Federal
Processo nº 54133-84.2015.4.01.3400
Classe: 1100 – Ação Ordinária / Tributária
Autor : Fauvel e Moraes Sociedade de Advogados
Rés : União (Fazenda Nacional)
Juiz : RENATO COELHO BORELLI
Juízo : 20ª Vara Federal

Decisão

Cuida-se de ação de rito ordinário, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada por **Fauvel e Moraes Sociedade de Advogados** contra a **União**, objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito relativo à contribuição social ao FGTS instituída pelo art. 1º da Lei nº 110/2001, com o afastamento de qualquer medida tendente a exigir a cobrança da respectiva contribuição, bem como não seja óbice à obtenção de certidão de regularidade fiscal nem implique em inclusão do seu nome no CADIN.

Alega, em síntese, que, como a contribuição em questão tem natureza tributária, as empresas que são optantes do Simples Nacional, como é o seu caso, estão dispensadas do seu pagamento, nos termos do art. 13, § 3º da LC nº 123/2006.

Acrescenta que, como a aludida contribuição não foi incluída no rol de

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO RENATO COELHO BORELLI em 16/09/2015, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 55337123400200.



00541338420154013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0054133-84.2015.4.01.3400 - 20ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00118.2015.00203400.2.00619/00033

tributos sujeitos a recolhimento unificado, nem foi excepcionado no § 1º do art. 13 da LC nº 123/2006, sua imposição ao optante do Simples Nacional revela-se irregular.

A inicial foi instruída com a documentação de fls. 16/24.

Conclusão em gabinete em 15 SET 2015 – certidão de fl. 25.

Pois bem.

Para a concessão da antecipação de tutela é necessária a presença concomitante de dois requisitos: a verossimilhança das alegações (*fumus boni iuris*), e o fundado receio de dano irreparável e de difícil reparação (*periculum in mora*).

No caso em tela, **verifico** a presença dos requisitos necessários.

A Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o estatuto das microempresas e das empresas de pequeno porte, estabelecendo as seguintes normas acerca do regime tributário dessas empresas:

“Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o [art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de](#)



00541338420154013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0054133-84.2015.4.01.3400 - 20ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00118.2015.00203400.2.00619/00033

1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

§ 1º O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;

III - Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;

IV - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

V - Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;

VI - Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;

VII - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF;

VIII - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;

X - Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;

XI - Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;

XII - Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;

XIII - ICMS devido: [...];



00541338420154013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0054133-84.2015.4.01.3400 - 20ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00118.2015.00203400.2.00619/00033

XIV - ISS devido: [...];

XV - demais tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, não relacionados nos incisos anteriores.

§ 2º Observada a legislação aplicável, a incidência do imposto de renda na fonte, na hipótese do inciso V do § 1º deste artigo, será definitiva.

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.” (sem grifos no original)

Logo, vê-se que foi dada isenção às sociedades empresárias optantes pelo “Simples Nacional”, “quanto às demais contribuições instituídas pela União.”

Tratando-se, portanto, de norma especial, esta deve prevalecer sobre a LC nº 110/2001, norma geral, que institui a contribuição social prevista no art. 1º, ora em debate.

Ademais, lembro que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 4003/DF, decidiu pela **constitucionalidade** desse dispositivo, entendendo que “há pertinência temática entre o benefício fiscal e a instituição de regime diferenciado de tributação”. Confira-se o julgado:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL. ISENÇÃO CONCEDIDA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. SIMPLES NACIONAL (“SUPERSIMPLES”). LEI COMPLEMENTAR 123/2006, ART. 13, § 3º. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 3º, III, 5º, CAPUT, 8º, IV, 146, III, D, E 150, § 6º DA CONSTITUIÇÃO. 1. Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra o art. 13, § 3º da LC 123/2006, que isentou as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional



00541338420154013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0054133-84.2015.4.01.3400 - 20ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00118.2015.00203400.2.00619/00033

(“Supersimples”). 2. Rejeitada a alegação de violação da reserva de lei específica para dispor sobre isenção (art. 150, § 6º da Constituição), uma vez que há pertinência temática entre o benefício fiscal e a instituição de regime diferenciado de tributação. Ademais, ficou comprovado que o Congresso Nacional não ignorou a existência da norma de isenção durante o processo legislativo. 3. A isenção concedida não viola o art. 146, III, d, da Constituição, pois a lista de tributos prevista no texto legal que define o campo de reserva da lei complementar é exemplificativa e não taxativa. Leitura do art. 146, III, d, juntamente com o art. 170, IX da Constituição. 3.1. O fomento da micro e da pequena empresa foi elevado à condição de princípio constitucional, de modo a orientar todos os entes federados a conferir tratamento favorecido aos empreendedores que contam com menos recursos para fazer frente à concorrência. Por tal motivo, a literalidade da complexa legislação tributária deve ceder à interpretação mais adequada e harmônica com a finalidade de assegurar equivalência de condições para as empresas de menor porte. 4. Risco à autonomia sindical afastado, na medida em que o benefício em exame poderá tanto elevar o número de empresas a patamar superior ao da faixa de isenção quanto fomentar a atividade econômica e o consumo para as empresas de médio ou de grande porte, ao incentivar a regularização de empreendimentos. 5. Não há violação da isonomia ou da igualdade, uma vez que não ficou demonstrada a inexistência de diferenciação relevante entre os sindicatos patronais e os sindicatos de representação de trabalhadores, no que se refere ao potencial das fontes de custeio. 6. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida, mas julgada improcedente.” (ADI 4033, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 15/09/2010, DJe-024 DIVULG 04-02-2011 PUBLIC 07-02-2011 EMENT VOL-02458-01 PP-00001 RTJ VOL-00219-PP-00195 RSJADV mar., 2011, p. 28-37)

Assim, como a parte autora é optante pelo Simples Nacional desde 01 JAN.2015 (fl. 23), tem direito à isenção conferida pela LC nº 123/2006.

Pelo exposto, **DEFIRO** o pedido de antecipação de tutela, determinando à Ré que se abstenha de exigir da autora o recolhimento da contribuição devida à alíquota 10% sobre o FGTS, instituída pelo art. 1º da LC nº 110/2001, bem como que seja adotada

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO RENATO COELHO BORELLI em 16/09/2015, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 55337123400200.



00541338420154013400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0054133-84.2015.4.01.3400 - 20ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00118.2015.00203400.2.00619/00033

qualquer medida tendente a exigir a referida contribuição ou a inclusão do seu nome no CADIN.

Cite-se.

Intimem-se, inclusive a União, para o cumprimento desta decisão, observando que o não cumprimento desta ordem, no prazo de 15 dias, importará no pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia de atraso.

Brasília- DF, data da assinatura.

(Assinado eletronicamente)

RENATO COELHO BORELLI
Juiz Federal Substituto da 20ª Vara – SJDF